

Aviso n.º 7545/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Célia Maria Mendes Semedo, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 30 de Junho de 1978, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 7546/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bubacar Candé, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 16 de Abril de 1980, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 7547/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Pedro Mendes Moura, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 21 de Outubro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 7548/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Samora Machel Moreira da Silva, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 4 de Setembro de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 7549/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadú Candé, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 7 de Novembro de 1950, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Junho de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 7550/2006

Por despacho do director-geral dos Impostos de 22 de Junho de 2006:

Abel Afonso Dutra Ávila, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo, por vacatura

do lugar, com efeitos reportados a 7 de Novembro de 2003 e até 10 de Abril de 2005.

Carlos Alberto Aguiar da Costa, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 7 de Novembro de 2003.

Luís Alberto Silveira, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Angra do Heroísmo, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 7 de Novembro de 2003.

Francisco Valentim Toste Fagundes, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Praia da Vitória, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 10 de Dezembro de 2003.

Albino Cândido Fidalgo Dias Pinheiro, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Espinho (Secção de Cobrança), por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Carla Sofia Lima e Silva, técnica de administração tributária-adjunta do nível 2, foi nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Amares, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2006.

António Augusto Feijó da Fonseca, técnico de administração tributária-adjunto do nível 3, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Peso da Régua, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 11 de Abril de 2006.

José Manuel Sousa Rodrigues Vicente, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Rio Maior, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 24 de Fevereiro de 2006.

Vasco Amândio Botelho, técnico de administração tributária do nível 1, foi nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Ponta Delgada, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2004.

Maria Helena Borges Seabra dos Santos, técnica de administração tributária-adjunta do nível 3, foi nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Tábua, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 19 de Janeiro de 2006.

23 de Junho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 7551/2006

Por despachos da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, proferido por delegação de competências, e do conselho directivo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., de 26 e de 30 de Maio de 2006, respectivamente, foi a licenciada Maria Margarida Gonçalves Machado, especialista de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., transferida para idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, indo ocupar lugar criado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, e ainda não provido, considerando-se exonerada do quadro de origem a partir da data atrás referida. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Junho de 2006. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho n.º 14 229/2006

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento (CE) n.º 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho, os Estados membros são os primeiros responsáveis pelo controlo financeiro das intervenções, cabendo-lhes a obrigação de verificar se as acções financiadas foram efectuadas correctamente e de prevenir, detectar e corrigir irregularidades.

Em matéria de legislação nacional, o Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, definiu a estrutura orgânica relativa à gestão, ao acompanhamento, à avaliação e ao controlo da execução do QCA III e das intervenções estruturais de iniciativa comunitária, instituindo um Sistema Nacional de Controlo (SNC) do QCA III, constituído por órgãos que exercem de forma articulada o controlo a três níveis. O primeiro nível corresponde a uma forma de controlo interno aos pro-